

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
-----------------	----

CAPÍTULO 1

CIDADES INTELIGENTES: UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO DOS CIDADÃOS RUMO À IDEIA DE “CIDADE HUMANA”	17
---	----

Método fenomenológico de Edmund Husserl.....	18
--	----

A construção de uma “cidade humana”	20
---	----

Na direção da cidade inteligente. Os paradigmas da mudança.....	27
---	----

a) <i>A cidade solar</i>	33
--------------------------------	----

b) <i>As cidades verdes</i>	36
-----------------------------------	----

c) <i>Transition Town</i>	41
---------------------------------	----

O Movimento pelo Decrescimento Feliz (MDF).....	43
---	----

Cidades resilientes.....	44
--------------------------	----

<i>Smart City</i> : na direção de um modelo inclusivo.....	46
--	----

Conclusão.....	47
----------------	----

CAPÍTULO 2

CIDADE, MERCADO E MORADIA: A REFORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO.....	49
---	----

Políticas públicas e desafios de implementação.....	51
Dificuldades na concretização das políticas públicas e a judicialização.....	56
O mercado como aliado na execução das políticas públicas.....	64
<i>As bases da Análise Econômica do Direito</i>	66
<i>As escolhas individuais e o interesse público</i>	67
<i>A lógica do infrator</i>	71
<i>A priorização do uso de incentivo na busca da efetivação das políticas públicas</i>	75
<i>O risco da captura do Estado pelo mercado</i>	78
Políticas públicas urbanas e a cidade sustentável	79
Habitação, sustentabilidade e mercado	92
Mecanismos para uma política habitacional sustentável.....	102
Conclusão.....	112

CAPÍTULO 3

A URBANIZAÇÃO CARIOCA: O PAPEL DO PODER EXECUTIVO E DO PODER JUDICIÁRIO NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANÍSTICA	113
--	------------

A formação de um espaço urbano no Rio de Janeiro. A cidade capitalista. A dicotomia zona sul x subúrbio...121

O marco legal de regularização fundiária e urbanística e sua aplicação no ambiente urbano carioca	142
A Concessão de Uso Especial para fins de Moradia – CUEM	145
Os requerimentos administrativos de CUEM. A postura do Poder Executivo	149
Os requerimentos judiciais de CUEM. A postura do Poder Judiciário	154
Conclusão.....	168
CONCLUSÃO	173
REFERÊNCIAS	177